COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.019, DE 2011

Acrescenta o art. 128-A ao Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para criminalizar a recusa dos genitores a submeter-se a tratamento médico que possa evitar a transmissão de doença infecciosa ao feto.

Autor: Deputado MANDETTA

Relator: Deputado LUCIANO DUCCI

I – RELATÓRIO

Através da Proposição em epígrafe, o ilustre Deputado Mandetta pretende acrescentar dispositivo ao Código Penal – Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para criminalizar a recusa dos genitores a submeter-se a tratamento médico que possa evitar a transmissão de doença infecciosa ao feto.

Alega, dentre outros argumentos, que:

“Na medicina hoje, há consenso de que determinados tratamentos médicos evitam danos graves ao bebê. Atualmente, há um número razoável de tratamentos durante o pré-natal que, oferecendo pequeno desconforto à gestante e seu parceiro, protegem a vida e a saúde da futura criança. Por outro lado, doenças como o HIV e a sífilis, se não tratadas durante a gestação, trarão danos graves e permanentes ao nascituro, ceifando possibilidades de toda uma vida.

A Constituição Federal protege tanto a liberdade dos genitores como os direitos da criança. É preciso, portanto, que a lei estabeleça uma linha de ponderação entre estes

direitos para, sem limitar de maneira desproporcional os direitos da mulher gestante e seu parceiro, garantir uma vida integral aos futuros brasileiros.”

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou a proposta por unanimidade.

A esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania compete analisar a proposta sob os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, sendo a apreciação final do Plenário da Casa.

É o Relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A proposição em comento atende aos pressupostos de constitucionalidade referentes à competência da União para legislar sobre a matéria, bem como à iniciativa parlamentar para apresentação de proposta sobre o tema, nos moldes traçados pelos arts. 22 e 61 da Constituição Federal.

Não há, igualmente, injuridicidade. A técnica legislativa merece pequenos reparos para melhor ajustar o projeto de lei ao disposto na Lei Complementar nº 95/98, quais sejam, a substituição do vocábulo “pai” por “genitor” e a correção do uso da vírgula no parágrafo único do tipo penal proposto, a fim de proporcionar mais precisão e clareza ao texto, bem como a renumeração do art. 4º para art. 3º.

Quanto ao mérito, entendemos que a proposição deve ser aprovada.

Como bem dissera o Relator na Comissão de Seguridade Social e Família, a proposta *“encontra-se em sintonia com as recomendações da Sociedade Brasileira de Infectologia e alinhada com os esforços do Ministério da Saúde, consubstanciados no “Protocolo para a Prevenção de Transmissão Vertical de HIV e Sífilis”.*

“Os recursos disponíveis nos últimos anos têm permitido reduzir significativamente o risco da transmissão vertical do HIV. O uso da

terapia antirretroviral para a gestante soropositiva, os cuidados no momento do parto e com o recém-nascido nos primeiros meses de vida, entre outras medidas, permitem que este risco caia para até 2% dos casos.”

Tendo ciência de que se encontra com doença infectocontagiosa, que pode ser transmitida ao feto, não se justifica que a gestante não se submeta a tratamento adequado para impedir a transmissão para o filho.

Isso poderia parecer até mesmo a intenção clara de prejudicar a saúde ou a própria vida do nascituro.

Desse modo, parece-nos que o acréscimo do dispositivo logo após os crimes de aborto não seria adequado, uma vez que se trata de colocar em risco a vida ou a saúde do nascituro. Melhor seria, então, acrescentá-lo dentre os delitos de periclitación da vida e da saúde, logo após o art. 132 do Código Penal.

Por essa razão, julgamos razoável atribuir à conduta a mesma pena do crime previsto no art. 132, que é a de detenção de três meses a um ano, até porque a aplicação de uma pena privativa de liberdade muito severa aos genitores seria mais prejudicial ao feto, que, além de já sofrer o risco de nascer portando uma doença infecciosa, também estaria submetido a condições precárias durante o seu processo de formação em caso de condenação penal da genitora. Sabemos que os estabelecimentos prisionais são ambientes extremamente insalubres e que a permanência de crianças e bebês nesses locais não é recomendada. Entendemos que essa precaução também deve se estender aos nascituros.

Ademais, a estipulação da pena de detenção, de três meses a um ano, possibilitará ao julgador sopesar a fixação da reprimenda, permitindo-lhe substituir a pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos ou multa, conforme dispõe o art. 44, § 2º, primeira parte, do Código Penal. Viabilizará, ainda, a confecção de proposta de suspensão condicional do processo por parte do Ministério Público, nos termos do art. 89 da Lei nº 9.099/95.

Assim, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.019, de 2011, nos termos do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado LUCIANO DUCCI
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 1.019, DE 2011

Acrescenta o art. 132-A ao Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para criminalizar a recusa dos genitores a submeter-se a tratamento médico que possa evitar a transmissão de doença infecciosa ao feto.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acrescenta o artigo 132-A ao Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para criminalizar a recusa dos genitores a submeter-se a tratamento médico que possa evitar a transmissão de doença infecciosa ao feto.

Art. 2º O Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo 132-A:

“Art. 132-A. Recusar a gestante a submeter-se a tratamento médico que evite a transmissão de doença infecciosa que possa causar dano permanente ao feto ou sua morte.

Pena – detenção, de três meses a um ano.

Parágrafo único. O genitor incorre na mesma pena quando, cientificado, recusa tratamento médico que possa evitar a transmissão de doença infecciosa ao feto em caso de relação sexual com a gestante.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado LUCIANO DUCCI
Relator